TL6572
PP0860

UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE

I N F O R M A Ç Ã O

No dia 12 de Agosto de 1988, no final da sessão do Comité dos 24, em que se discutiu a questão de Timor, abordei directa e pessoalmente o Sr. Agus Tarmidzi, Embaixador Delegado Permanente da Missão Indonésia junto da ONU. A conversa que tivemos, franca e por vezes acalorada, iniciou-se na própria sala de sessões e continuou pelo corredor até aos "passos perdidos", com breve intervalo, podendo dividir-se em duas partes.

A primeira parte decorreu, na própria sala de sessões, onde se havia reunido o Comité de Descolonização ou Comité dos 24. A segunda parte iniciou-se à porta de saída da sala de sessões, continuando pelo corredor e pelos "passos perdidos", até à saída para o exterior, onde nos despedimos cordialmente. Tanto na primeira como na segunda parte, o Senhor Domingos de Oliveira, Secretário-Geral da UDT, foi não só testemunha como também tomou parte activa na conversa. Numa como noutra, o Sr. Domingos de Oliveira juntou-se-nos somente na parte final da nossa conversa.

Vou tentar reproduzir o mais fielmente possível o que então se passou.

I PARTE

Quando o Senhor Presidente do Comité de Descolonização deu por encerrada a sessão e os distintos representantes se retiravam, dirigi-me ao Senhor Representante da República da Indonésia, dizendo:

— Boa tarde, Senhor Embaixador. Quero perguntar-lhe por que é que a Indonésia não restitui Timor aos Timorenses.

— Quem é o Senhor? — perguntou-me o Embaixador.

— Sou timorense e sou também militante e dirigente da UDT. Tenho defendido, desde 1974, o direito do povo timorense à autodeterminação e independência.

— Mas o povo de Timor-Leste já se autodeterminou, em 1976 — defendeu o Embaixador.

— Isso não é verdade, Senhor Embaixador —respondi-lhe com firmeza. Por isso, na minha opinião, a Indonésia deveria tomar a iniciativa de reconhecer o direito do povo timorense à autodeterminação e independência.

UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE

Uma tal iniciativa só poderia contribuir para dignificar a imagem política do Governo e do Povo indonésio, nesta questão. Creia que é muito difícil para nós ter de vir para aqui acusar o Governo indonésio. Mas temos de o fazer até que a Indonésia reconheça o direito do nosso povo à autodeterminação e independência.

— O povo de Timor-Leste já exerceu o seu direito à autodeterminação, em 1976 — insistiu ainda o Embaixador.

— Senhor Embaixador, sabe muito bem que a Comunidade Internacional não reconheceu validade a esse acto. Mas, Senhor Embaixador, queria aproveitar a ocasião para lhe pôr uma questão pessoal: desejo saber onde se encontram os meus pais, os meus irmãos e irmãs de cujo paradeiro nada sei até agora.

— Pode dar-me os seus nomes e a sua última morada conhecida e eu perguntarei por eles ao Engº Mário Carrascalão que é muito meu amigo. Tenho contacto fácil por telefone com ele, a partir da Missão Indonésia. Se quiser, pode aparecer na Missão diplomática indonésia e poderemos estabelecer contacto telefónico imediatamente.

— Senhor Embaixador — respondi —,agradeço-lhe imensamente a amabilidade, mas já apresentei uma relação dos meus familiares à Cruz Vermelha Internacional, à CRS e ao ACNUR e penso que devo continuar a tratar do assunto através dessas organizações. Se possível, agradecia que as autoridades indonésias facilitassem a acção destas organizações humanitárias internacionais.

— Então, não obteve ainda qualquer resposta? —perguntou-me o Embaixador.

— Sim, já obtive respostas da Cruz Vermelha Internacional, mas não estou completamente satisfeito com elas, pois não sei ainda as razões que explicam a morte ou o desaparecimento dos meus pais e dos meus irmãos.

— Mas a razão das mortes e desaparecimentos que houve, em Timor, foi a guerra civil entre a UDT e a FRETILIN — procurou justificar o Senhor Embaixador.

— Não é totalmente verdade, Senhor Embaixador. A razão principal de tudo foi infelizmente a invasão e a ocupação indonésia.

— Eu fui testemunha da invasão e ocupação de Timor-Leste pela Indonésia — reforçou o Senhor Domingos de Oliveira que entretanto se veio juntar a nós. Posso testemunhar muitas atrocidades cometidas pelas tropas indonésias contra populações indefesas...

UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE

— De que partido é o Senhor e quando esteve em Timor-Leste? — quis saber o Embaixador.

— Eu sou Secretário-Geral da UDT e estive em Atambua, em 1975. Pude acompanhar de perto o desenrolar de todos os acontecimentos dramáticos que sucederam, durante a invasão, e depois, até 1980, altura em que saí de Timor-Leste para a Austrália.

— Mas a responsabilidade de tudo isso cabe à FRETILIN. Agora, está em Dili o Engº Mário Carrascalão e o Governo está a promover um programa de desenvolvimento económico em benefício dos Timorenses — continuou a justificar o Embaixador.

— Senhor Embaixador — respondi —, não é isso que é mais importante. O importante é que a Indonésia deve reconhecer já o direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste.
O desenvolvimento económico vem só depois e poderá também ser promovido por um Governo de Timor-Leste independente.

— Mas o povo já se autodeterminou, em 1976... — procurou justificar mais uma vez o Embaixador...

— Não é verdade, Senhor Embaixador — repeti.

— Eu estive em Timor, em 1976, e posso testemunhar que isso não passou de uma farsa, Senhor Embaixador — rematou o Senhor Domingos de Oliveira.

II PARTE

Ao abandonar a sala de sessões, pela porta lateral esquerda, deparei novamente com o Senhor Embaixador da Indonésia. Pareceu-me que estaria na expectativa de se encontrar com alguém que porventura ainda não tivesse saído da sala de sessões.

Dirigi-lhe de novo a palavra nestes termos:

— Senhor Embaixador, gostaria de saber porque é que a Indonésia não deseja ter conversações com os legítimos representantes do Povo timorense. É assim tão difícil?

— Podemos iniciar conversações, mas como pode isso acontecer se continuam a vir aqui acusar a Indonésia de que fomos para Timor para oprimir, para torturar, para roubar e para violar os direitos humanos?...

— Senhor Embaixador, nós também sabemos que isso é uma tarefa

muito difícil para nós — respondi-lhe. Mas não temos outra alternativa, se a Indonésia não der o primeiro passo, manifestando boa vontade para connosco, pois é a Indonésia que está a ocupar ilegalmente Timor-Leste. No dia em que a Indonésia reconhecer o direito fundamental do povo timorense à autodeterminação e independência, tudo poderá mudar...

— Mas o povo timorense já se autodeterminou, em 1976 — repetiu mais uma vez o Embaixador...

— Senhor Embaixador, sabe muito bem que a Comunidade Internacional não reconhece isso. Também nós vamos continuar a negá-lo e provar que isso é falso. O Senhor Embaixador compreenderá que é melhor para o Governo indonésio e mais honroso para o povo da Indonésia terminar já com a actual situação ilegal e ilegítima.

— A causa de tudo foi a guerra civil entre a FRETILIN e a UDT — tentou explicar mais uma vez o Embaixador indonésio.

— Senhor Embaixador, é também verdade que a Indonésia nada fez para pôr termo à luta. Pelo contrário, invadiu o território e aumentou o sofrimento do nosso povo.

— Tudo isso já acabou... Agora está lá o Engº Mário Carrascalão como Governador e muitos funcionários são timorenses...

— Senhor Embaixador, sabe muito bem que o Engº Mário Carrascalão pouca coisa pode fazer. Nós sabemos que todas as decisões políticas são do Governo indonésio. Senhor Embaixador, gostaria então de saber também porque é que o Governo indonésio permitiu o genocídio físico e cultural.

— A culpa foi da FRETILIN que matou muita gente... — tentou explicar o Embaixador.

Respondeu o Senhor Domingos de Oliveira, que se nos veio juntar novamente:

— Senhor Embaixador, isso não é totalmente verdade. A principal responsabilidade cabe à Indonésia que permitiu a morte de muita gente de duas maneiras: por um lado, por via violenta, na guerra, por meio de bombardeamentos, etc.; por outro lado, deixando morrer por inanição e doença muita gente, que não teve assistência e fornecimento de medicamentos...

— Não — respondeu o Embaixador. Foi a FRETILIN que fez massacres na população e provocou a morte de 100.000 pessoas.

— Não é verdade, Senhor Embaixador — emendou o Senhor Domingos

de Oliveira. As maiores mortandades foram provocadas pelas tropas indonésias. Eu estive em Timor até 1980 e pude testemunhar todos os factos e acontecimentos.

— Senhor Embaixador, temos de encarar os factos — acrescentei eu. A Indonésia invadiu e ocupou ilegitimamente o território, desde 1975. Por isso, é a principal responsável de tudo o que aconteceu a partir dessa data. Tudo isso poderá terminar, se simplesmente a Indonésia reconhecer o direito do povo timorense à autodeterminação e independência.

— Não pode ser... — rematou o Embaixador, dirigindo-se para a saída. Boa tarde — disse ainda.

— Boa tarde! Adeus! — respondemos nós.

Nova Iorque, 14 de Agosto de 1980.

Moisés da Costa Amaral